

SUMÁRIO

Capítulo 1

CONCEITOS NECESSÁRIOS	15
1.1. A origem de tudo: O Bitcoin	15
1.2. A Tecnologia Blockchain	20
1.3. A Descentralização	25

Capítulo 2

CRIPTOATIVOS: CONCEITUAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E REGULAÇÃO	31
2.1. Introdução	31
2.2. Criptoativos: Conceituação e Características Essenciais	32
2.3. Tokenização de Ativos: Conceito e Implicações Jurídicas	34
2.3.1. A Visão da CVM sobre <i>Tokens</i> e Tokenização	36
2.4. Distinções entre Modalidades de <i>Tokens</i>	36
2.4.1. <i>Tokens</i> de Pagamento	37
2.4.2. <i>Tokens</i> de Utilidade	37
2.4.3. <i>Tokens</i> Referenciados em Ativos	38
2.4.4. <i>Security Tokens e Stablecoins</i>	39
2.4.4.1. <i>Security Tokens</i>	39
2.4.4.2. <i>Stablecoins</i>	40
2.5. Pontos de atenção em relação à tokenização	42
2.6. A Importância da Distinção entre Criptoativos para o Investidor	43

Capítulo 3

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ÀS CRIPTOMOEDAS NO BRASIL	45
---	----

3.1. A Instrução Normativa RFB 1.888/2019.....	45
3.2. A Lei 14.478/2022 – O Marco Legal das Criptomoedas.....	48

Capítulo 4

FORMAS DE AQUISIÇÃO DE CRIPTOATIVOS NO BRASIL.....	53
4.1. As aquisições “peer-to-peer” (P2P).....	55
4.1.1. Características das Operações P2P.....	56
4.1.2. Aspectos Regulatórios.....	57
4.1.3. Vantagens das Operações P2P.....	57
4.1.4. Riscos e Desvantagens.....	57
4.1.5. Recomendações para Operações P2P.....	58
4.2. Corretoras Centralizadas (CEX).....	59
4.2.1. Aspectos Regulatórios e Funcionamento.....	60
4.2.1.1. Atualizações regulatórias.....	61
4.2.2. Características e Benefícios.....	63
4.2.3. Desvantagens.....	64
4.3. As Corretoras Descentralizadas (DEX).....	65
4.3.1. <i>Smartcontracts</i>	66
4.3.2. Os riscos da interação com as DEX.....	68
4.4. Os ETFs de Criptoativos.....	73
4.4.1. Conceito e Funcionamento.....	73
4.4.2. ETFs disponíveis no Brasil.....	73
4.4.3. Aspectos Regulatórios.....	74
4.4.4. Vantagens da Aquisição via ETFs.....	74
4.4.5. Desvantagens.....	75
4.4.6. Para quem se destina?.....	75

Capítulo 5

A CUSTÓDIA DOS CRIPTOATIVOS.....	77
5.1. A Custódia: Aspectos Gerais.....	77
5.1.1. Chaves Públicas e Privadas: o fundamento da custódia de criptoativos.....	79
5.1.2. Múltiplos endereços a partir de uma única carteira.....	81

5.2. Autocustódia: o controle total sobre seus criptoativos. Vantagens e riscos.....	82
5.2.1. Benefícios da autocustódia.....	83
5.2.2. Riscos da autocustódia	83
5.2.3. Práticas a serem observadas para a autocustódia.....	84
5.3. A custódia por terceiros, e a necessidade de compreensão da situação específica dos criptoativos mantidos em corretoras.....	85
5.3.1. Vantagens e Desvantagens da manutenção de criptoativos em corretoras	87
5.3.2. Os diferentes tipos de carteiras (<i>Wallets</i>) para custódia e armazenamento de criptoativos	89
5.3.3. Tabela comparativa entre carteiras custodiais e não custodiais	91
5.3.4. A penhora de criptoativos.....	92

Capítulo 6

INVESTIMENTO EM CRIPTOATIVOS.....	95
6.1. Introdução	95
6.2. Os Serviços Financeiros Descentralizados (DeFi)	97
6.3. As diferenças entre os investimentos com criptoativos, nos sistemas centralizado e descentralizado.....	103
6.4. Formas de investimento por meio de CEXs (corretoras centralizadas)...	105
6.4.1. Aquisição via Corretoras de Criptomoedas (CEX)	105
6.4.1.1. Etapas comuns à aquisição de criptoativos por meio de CEXs.....	106
6.4.2. Aquisição em Bancos e Instituições Financeiras Tradicionais	108
6.4.3. ETFs de Criptomoedas	110
6.4.4. Estratégias de Investimento em Ambiente Centralizado	110
6.4.4.1. <i>Hold</i> (HODL) – A Estratégia de Longo Prazo	111
6.4.4.2. <i>Trading</i> – A Negociação Ativa	112
6.4.4.3. <i>Staking</i> – Bloqueio de Criptoativos.....	113
6.4.4.4. <i>Yield Farming</i> e <i>Lending</i> – Alternativas de Renda Passiva.....	114
6.4.4.5. ETFs de Criptoativos – A Ponte com o Mercado Tradicional....	115
6.4.4.6. Considerações sobre responsabilidade nos investimentos via CEX.....	116

6.5. Formas de investimento por meio de DEXs (corretoras descentralizadas).....	119
6.5.1. Funcionamento e Acesso	119
6.5.2. Principais Modalidades de Investimento	120
6.5.3. Riscos e Considerações Importantes.....	123
6.5.4. Outras considerações sobre o DeFi	123

Capítulo 7

A TRIBUTAÇÃO DOS CRIPTOATIVOS	125
7.1. Introdução	125
7.2. O novo regime tributário mudanças introduzidas pela MP 1303/2025.....	126
7.2.1. Definição ampliada de ativos virtuais.....	127
7.2.2. Alíquota única de 17,5%	127
7.2.3. Apuração trimestral.....	128
7.2.4. Compensação de perdas.....	128
7.3. Tributação na fonte: revolução nos rendimentos de criptoativos.....	128
7.3.1. Rendimentos sujeitos à retenção.....	128
7.3.2. Responsabilidade pela retenção.....	129
7.4. Fim da isenção de R\$ 35.000: impacto na classe média investidora	129
7.4.1. Panorama anterior	130
7.4.2. Novo cenário.....	130
7.5. A obrigação de declaração: continuidade e evolução.....	130
7.5.1. A obrigação de declarar os criptoativos.....	131
7.5.2. A obrigação de declarar as operações com criptoativos.....	133
7.6. Tokenização: introdução regulatória.....	136
7.7. Autocustódia e DeFi: responsabilidade do contribuinte	137
7.8. Questões controvertidas e interpretações	138
7.8.1. Tributação sobre o swap de criptoativos e mineração.....	138
7.8.2. Compensação de Perdas.....	141
7.8.3. A declaração dos ETFs de criptomoedas	142
7.9. A futura declaração de criptoativos (Decripto).....	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145